

A DIFERENCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SALVADOR DAS MISSÕES (RS): UMA ANÁLISE DAS SUAS TRAJETÓRIAS

THE DIFFERENTIATION OF FAMILY FARMING IN SALVADOR DAS MISSÕES (RS): AN ANALYSIS OF YOUR TRAJECTORIES

LA DIFERENCIACIÓN DE LA AGRICULTURA FAMILIAR EN SALVADOR DAS MISSÕES (RS): ANÁLISIS DE SUS TRAYECTORIAS

Vanderlei Franck Thies¹

<https://orcid.org/0000-0003-0647-1906>

Submissão: 24/08/2021 / Aceito: 27/01/2022 / Publicado: 31/03/2022.

Resumo

Os estudos sobre agricultura familiar divergem sobre as possibilidades de existência futura dessa categoria social. O objetivo deste artigo é analisar longitudinalmente as trajetórias de agricultores familiares. De modo específico, busca-se identificar as mudanças ocorridas ao longo do tempo nas dinâmicas agrícolas e não agrícolas, bem como no perfil das famílias, para caracterizar as distintas trajetórias. Para tal foi realizada pesquisa com caráter histórico e comparativo, sendo coletados dados primários junto ao mesmo grupo de famílias, nos anos de 2003 e 2018. A pesquisa de campo foi realizada no município de Salvador das Missões (RS), sendo adotados os mesmos procedimentos e levantadas as mesmas informações nos dois anos pesquisados. O estudo permitiu identificar a diversidade de caminhos percorridos e destaca cinco trajetórias diferentes, que variam desde a intensificação das atividades agrícolas até a total desagrarização familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Trajetórias. Longitudinal. Desagrarização. Pluriatividade.

Abstract

Studies on family farming diverge on the possibilities of future existence of this social category. The aim of this article is to analyze longitudinally the trajectories of family farmers. In a specific way, it seeks to identify the changes that have occurred over time in agricultural and non-agricultural dynamics, as well as in the profile of families, to characterize the different trajectories. For this purpose, a historical and comparative research was carried out, and primary data were collected from the same group of families in 2003 and 2018. The field research was carried out in the municipality of Salvador das Missões (RS), and the same procedures were adopted and the same information was collected in the two years surveyed. The study identified the diversity of paths traveled and highlights five different trajectories, ranging from the intensification of agricultural activities to the total deagrarianization of the family.

Keywords: Family farming. Trajectories. Longitudinal. Deagrarianization. Pluriactivity.

¹ Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Marechal Cândido Rondon.



Resumen

Los estudios sobre la agricultura familiar divergen sobre las posibilidades de existencia futura de esta categoría social. El objetivo de este artículo es analizar longitudinalmente las trayectorias de los agricultores familiares. Específicamente, busca identificar los cambios ocurridos a lo largo del tiempo en las dinámicas agrícolas y no agrícolas, así como en el perfil de las familias, con el fin de caracterizar las diferentes trayectorias. Para ello, se realizó una investigación histórica y comparada, con datos primarios recolectados con el mismo grupo de familias, en los años 2003 y 2018. La investigación de campo se realizó en la ciudad de Salvador das Missões (RS), utilizando los mismos procedimientos y recopilando las mismas informaciones en los dos años encuestados. El estudio permitió identificar la diversidad de caminos tomados y destaca cinco trayectorias diferentes, que van desde la intensificación de las actividades agrícolas hasta la desagrarización total de las familias.

Palabras clave: Agricultura familiar. Trayectorias. Longitudinal. Desagrarización. Pluriactividad.

INTRODUÇÃO

As discussões internacionais sobre desenvolvimento rural têm, na atualidade, incorporado de forma crescente a relevância da reconfiguração dos sistemas alimentares como uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento sustentável (TRIVELLI; BERDEGUÉ, 2019; CARON et al., 2020). Frente ao contexto das mudanças climáticas e na direção sinalizada pela agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) destaca-se a importância de transformações institucionais e nas políticas de incentivo as comunidades rurais (FAVARETO, 2019; SARAVIA-MATUS; HÖRMANN, 2019), além de mudanças nas formas de produzir, processar, consumir e descartar os recursos biológicos, na perspectiva da segurança alimentar, da ecoeconomia e da produção de lugares sustentáveis (MARSDEN; FARIOLI, 2020; PREISS; SCHNEIDER, 2020).

Nesse contexto ganha destaque, especialmente, para o futuro das regiões rurais e seus diversos atores, a análise longitudinal das trajetórias dos agricultores e seus modos de viver e produzir. No caso dos espaços rurais brasileiros e do Rio Grande do Sul salienta-se a importância da agricultura familiar, onde essa categoria social representa, respectivamente, 76,82% e 80,50% do número de estabelecimentos rurais (IBGE, 2017). O futuro dos agricultores familiares tem sido objeto de controvérsia entre os estudiosos do desenvolvimento rural, contanto com distintas interpretações, desde aquelas que destacam o papel e a importância desses agricultores para a produção de alimentos e a sustentabilidade (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2011; PLOEG, 2014; WANDERLEY, 2009; 2017), o que atesta sua importância futura como agricultores, até análises que apontam a pouca relevância econômica de parcela significativa desses agricultores (ALVES;

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6629> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

ROCHA, 2010; BUAINAIN et al., 2013), o que sinaliza um futuro nada promissor na agricultura para boa parte destas famílias.

Frente a isso, o estudo pretende identificar a diferenciação dos agricultores familiares ao longo do tempo, considerando as seguintes questões: quais são as principais trajetórias percorridas pelos agricultores familiares? No que as famílias se diferenciam em termos da continuidade ou descontinuidade das atividades agrícolas e não agrícolas, bem como em relação ao acúmulo de capital, ao uso da terra, a geração de renda e as formas de fazer agricultura? As questões de fundo que permeiam o trabalho referem-se as estratégias de reprodução dessa categoria social e as dinâmicas de transformação dos espaços rurais, adotando-se para respondê-las a perspectiva analítica dos estudos longitudinais.

A importância dos estudos longitudinais tem sido destacado por Ploeg (2008; 2017), pois eles permitem identificar os percursos históricos trilhados pelos agricultores, bem como analisar os resultados das distintas trajetórias em termos de diferenciação e capacidade de reprodução social. Além disso, essa abordagem das dinâmicas dos processos de transformação rural possibilita identificar tendências e verificar como os caminhos percorridos pelos agricultores impactam os processos globais de transformações agrárias, auferindo o potencial destes em relação aos ODS, as mudanças climáticas e a construção de sistemas agrícolas mais resilientes e equitativos.

No estudo das trajetórias familiares busca-se compreender as dinâmicas das transformações rurais ao longo do tempo, utilizando dados coletados com o mesmo grupo de famílias em dois pontos no tempo, tendo como unidade de análise as famílias agricultoras. Segundo Thies (2020; 2023), nessa perspectiva analítica busca-se compreender os processos de mudanças vividas pelas famílias rurais, considerando aspectos demográficos e produtivos, a partir dos quais as famílias constituem suas estratégias de reprodução social, conforme os recursos disponíveis e em interação com as variáveis mais amplas nos espaços em que estão inseridas, o que resulta nos diferentes percursos históricos trilhados pelas famílias, que são denominados trajetórias familiares.

Nessa perspectiva, o objetivo do presente estudo é analisar longitudinalmente as trajetórias de agricultores familiares na região das Missões do Rio Grande do Sul (RS), procurando identificar as distinções entre os caminhos percorridos e, desde aí, a diferenciação das famílias ao longo do tempo. De modo mais específico, procura-se verificar em que medida, nas diferentes trajetórias familiares, as atividades agrícolas são continuadas ou descontinuadas e também caracterizar o perfil das atividades agrícolas presentes, ou não, nas diferentes trajetórias.

Após essa introdução, onde são apresentados os objetivos e a justificativa de realização do estudo, apresenta-se a especificação teórica que orienta a análise. Na terceira seção justifica-se a escolha do local de estudo, bem como detalha-se os procedimentos metodológicos utilizados na coleta e tratamento dos dados. Na quarta seção discute-se as trajetórias identificadas e, por fim, apresentam-se as considerações finais.

AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS TRAJETÓRIAS

Define-se a agricultura familiar como uma forma social de trabalho e produção que se reproduz em ambientes amplamente mercantilizados (CONTERATO, 2008). Ela constitui-se como uma categoria social que, com base no uso de força de trabalho predominantemente familiar, geralmente em pequenas áreas de terra, desenvolve atividades agrícolas para o autoconsumo e para a venda, estabelecendo relações com a terra, de parentesco e comunitárias de elevado valor simbólico (SCHNEIDER, 2009; 2016).

Os agricultores familiares, no exercício de sua capacidade de agência, são ativos desenvolvedores de estratégias, em permanente interação com outros atores (LONG, 2007) e possuem capacidade de resistência e adaptação frente às forças advindas da sociedade englobante em que estão inseridos (WANDERLEY, 2009). Decorre dessa concepção a importância de analisar suas trajetórias, tomando-os como atores sociais inseridos em vários campos de forças e disputas com outros atores e, nessa perspectiva, não se pode dualizar, ou tornar estanques e absolutas as possíveis trajetórias futuras dessas famílias, bem como seus nexos com os espaços rurais e com as atividades agrícolas, tampouco seus vínculos com as diferentes formas de fazer agricultura (PLOEG, 2008).

Conforme Ploeg (2008) existem três formas de agricultura: a capitalista, a empresarial e a camponesa. A primeira delas é pautada pela lógica da maximização do lucro, sendo baseada na produção de *commodities* e desenvolvida por grandes empresas, onde ocorre a mercantilização de todos os elementos envolvidos no processo de produção. Na forma empresarial a produção é especializada e voltada para o mercado, gerando grande dependência dos agricultores aos mercados de insumos, tecnologia e de crédito. A busca por aumentos de escala é uma de suas características dinâmicas e a exceção da força de trabalho, todos os demais elementos inserem-se no processo de produção como mercadorias. Por fim, a forma camponesa é baseada no uso sustentado do capital ecológico e na defesa e melhoria das condições de vida dos agricultores, onde a produção é destinada ao mercado e também a satisfação das necessidades da família e da



unidade de produção. Essa forma de agricultura é marcada por reduzido grau de mercantilização, usando predominantemente força de trabalho familiar na operação de meios de produção que pertencem a família agricultora.

Segundo Ploeg (2008), a agricultura familiar se caracteriza por movimentar-se ao longo do tempo entre as formas empresariais e camponesa de fazer agricultura. Ou seja, trata-se de uma concepção que busca compreender os movimentos objetivos de configuração e reconfiguração dos estilos de agricultura desenvolvidos pelas famílias ao longo do tempo, bem como as alterações nas suas conexões com o universo circundante, de acordo com as características familiares, que também variam ao longo do tempo.

Conforme Thies (2020; 2023), a desagrarização pode enfocar os processos mais gerais que envolvem o desenvolvimento econômico de uma região, ou tomar como objeto de estudo as famílias e suas estratégias de reprodução social, que podem apresentar um viés agrarizante ou desagrarizante. Com base em Bryceson (1996), a desagrarização é definida como um processo de reorientação das atividades econômicas das famílias, onde ocorre redução da importância das atividades agrícolas, tanto em termos de alocação do trabalho familiar, como de obtenção de renda, ao mesmo tempo em que as famílias promovem a realocação dos domicílios para espaços urbanos. Trata-se de um conceito pouco utilizado pela literatura nacional, mas com elevado potencial nas análises longitudinais, pois os processos de agrarização e desagrarização (THIES, 2023) também são tomados desde uma perspectiva dinâmica, similarmente a abordagem proposta no presente artigo.

É nessa perspectiva analítica, que valoriza a compreensão da dinâmica dos processos de transformação, que os estudos longitudinais e a análise das trajetórias ganha relevo. Através do levantamento das trajetórias familiares busca-se captar e descrever as mudanças que as famílias realizam ao longo do tempo, nas dimensões materiais e imateriais que estão envolvidas nos processos de sua reprodução social, tomando, portanto, a família como unidade de análise. No presente estudo a caracterização das trajetórias estará baseada, sobretudo, nas dimensões materiais, como a disponibilidade de terra e capital, as diferentes formas de uso da terra, a configuração de distintos estilos de agricultura, além das estratégias de alocação de trabalho e geração de renda, tanto em atividades agrícolas como não agrícolas.

Em termos teóricos, sustenta-se que as trajetórias resultam da capacidade de agência dos agricultores (LONG, 2007), que desenvolvem estratégias de uso e mobilização dos recursos disponíveis em contextos diversos, nos quais atuam forças externas que também incidem sobre as

trajetórias familiares, podendo favorecer, estimular, cercear ou mesmo determinar certos caminhos a serem seguidos. Cabe destacar que a prioridade do presente artigo não reside em explicar os fatores causais das diferentes trajetórias. O que se pretende, nesse momento da análise, é identificar qualitativamente os diferentes percursos históricos trilhados pelas famílias agricultoras.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

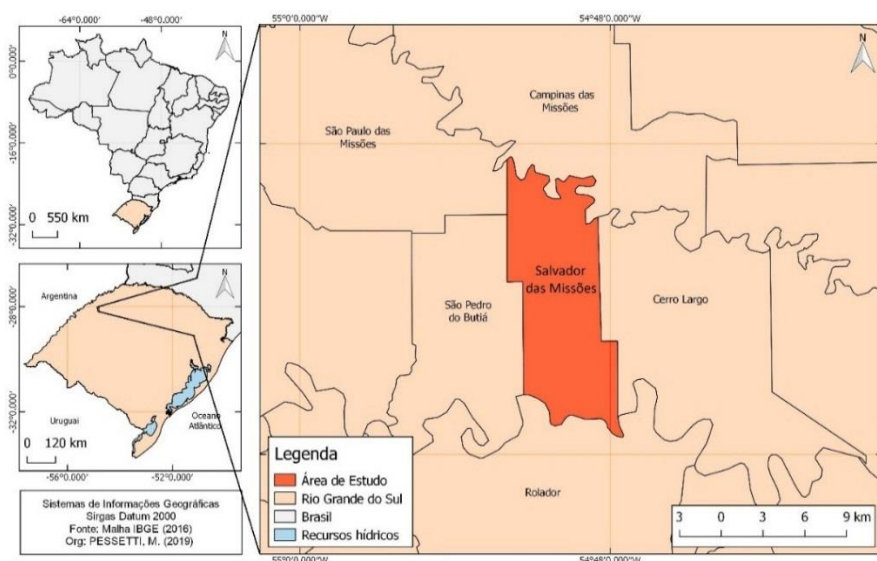
A pesquisa foi realizada com base na combinação dos métodos histórico e comparativo (MARCONI; LAKATOS, 2010). Para identificar as trajetórias familiares tomou-se como base as referências sobre estudos longitudinais de Ploeg (2017), sendo realizada coleta de dados com o mesmo grupo de famílias nos anos de 2003² e 2018, sendo os dados referentes aos anos agrícolas imediatamente anteriores aos anos de cada coleta. Desta forma, foram gerados dados que permitiram a identificação das mudanças ocorridas em cada família pesquisada num intervalo de quinze anos e, desde as alterações observadas nesse período de tempo, foram caracterizadas as distintas trajetórias.

A pesquisa de campo foi realizada no município de Salvador das Missões (RS), que se localiza na região Noroeste do RS, na micro região das Missões, a cerca de 500km da capital Porto Alegre. Atualmente o município possui população estimada de 2.734 habitantes (IBGE, 2021), sendo majoritariamente rural (59,01%), mas esta tem caído ao longo dos anos, seguindo a mesma tendência regional. Em termos econômicos, o município apresenta forte viés agrícola, especialmente marcado pela intensa presença das cadeias produtivas da soja e do leite, com elevada participação de agricultores familiares, que representam 86,19% dos estabelecimentos agropecuários do município (IBGE, 2017). Conforme Thies (2020; 2021), o município apresenta características populacionais e econômicas, além da dinâmica rural e especialmente do perfil da agricultura, representativas da dinâmica regional, razão pela qual foi tomado como espaço de estudo.

² Em 2003 os dados foram coletados como parte do projeto de pesquisa Agricultura Familiar Desenvolvimento Local e Pluriatividade no RS. Tal projeto foi executado em parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). A coleta de dados, em 2018, foi realizada através de parceria entre a UFRGS e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – Cerro Largo). Cabe destacar que os resultados aqui discutidos referem-se aos anos agrícolas de 2002 e 2017 e não ao ano de coleta dos dados.



Figura 1 - Localização do município de Salvador das Missões no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: elaboração própria.

A amostra foi do tipo sistemática por comunidade, escolhendo-se, através de sorteio, 10% do número de famílias de todas as comunidades rurais, para garantir a amostragem de todos os espaços rurais do município. Assim, foram sorteadas famílias das nove comunidades que integram a parte rural do município de Salvador das Missões. O procedimento de sorteio das 58 famílias entrevistadas foi realizado em 2003 e, em 2018, buscou-se essas mesmas famílias, independentemente de estarem residindo no mesmo local, ou terem transferido o domicílio.

Além de revisão de literatura e consulta a dados secundários, os dados primários que sustentam o presente estudo foram gerados utilizando-se questionário estruturado, contendo questões quantitativas e qualitativas, sobre as seguintes dimensões: caracterização da família, dos fatores de produção terra, capital e trabalho, dos processos de produção, informações sobre o valor gerado, caracterização do território e do ambiente social e econômico local, além dos aspectos gerais sobre as relações com o Estado e as políticas públicas.

Para a coleta de dados primários, nos dois anos da pesquisa, foram mantidos os mesmos procedimentos, considerando as recomendações estabelecidas no Manual do Pesquisador, que foi elaborado especificamente para orientar o trabalho de coleta de dados da pesquisa. A estrutura e as perguntas presentes no questionário do primeiro ano do estudo foram mantidas no questionário do segundo ano, sendo adicionadas novas questões, para levantar informações sobre as mudanças ocorridas no interstício de tempo que separou as duas coletas de dados.

Os dados foram considerados através da comparação de painéis (GIL, 2008) e as análises de caráter econômico seguiram os procedimentos recomendados por Lima et al. (1995). Cabe

registrar que os valores monetários referentes ao ano de 2003 foram atualizados para 2018, através do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para a diferenciação das trajetórias familiares, optou-se por uma exposição mais qualitativa das mudanças observadas, enfocando, sobretudo, as variações nas seguintes dimensões: superfície agrícola utilizada, capital mobilizado em atividades agrícolas, produção agrícola para venda e autoconsumo, financiamento bancário de atividades agrícolas, valor da produção agrícola, pluriatividade, composição e valor da renda total, localização do domicílio e características demográficas do grupo familiar.

Como ponto de partida para a classificação das trajetórias adotou-se o Índice de Agrarização Familiar (IAF) proposto por Thies (2020)³, como indicador inicial para o agrupamento das trajetórias das famílias. Depois disso, as trajetórias foram agrupadas de acordo com as alterações observadas nas dimensões acima mencionadas, optando-se por uma classificação de caráter mais indutivo (MARCONI; LAKATOS, 2010), tomando-se como critério de classificação as alterações empíricas ao invés de se utilizar algum modelo previamente construído, com uma classificação preliminarmente definida, onde se deveria encaixar os dados da realidade.

Considerando as variações no IAF os casos estudados foram separados segundo duas grandes trajetórias gerais. A primeira agrupa aqueles em que ocorre aumento no valor do IAF entre 2002 e 2017, sendo essas trajetórias de agrarização das famílias. A segunda trajetória geral agrupa os casos em que ocorre redução no valor do IAF entre os anos pesquisados, sendo essas trajetórias de desagrarização das famílias. Os casos com trajetórias agrarizantes possuem maior homogeneidade interna nas dimensões observadas, sendo mantidas no mesmo grupo de análise. Todavia, as trajetórias de desagrarização possuem maior heterogeneidade interna, razão pela qual foram decompostas em quatro trajetórias específicas que apresentam maior homogeneidade interna. Passemos a considerar a diferenciação das famílias conforme as características das distintas trajetórias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo foram identificadas cinco diferentes trajetórias. Conforme se observa na Tabela 1, a Trajetória agrarizante apresenta o maior número de casos. Todavia, cabe destacar que, quando

³ Para detalhamento da composição e fórmula de cálculo do IAF, bem como uma exposição sobre agrarização e desagrarização, recomenda-se a leitura de Thies (2023).



são somados os casos de todas as trajetórias desagrarizantes (agrícola desagrarizante, pluriativa desagrarizante, rentista camponesa e urbanizante) observa-se que esse tipo de trajetória apresenta o maior número de casos, 38 no total.

Tabela 1: Número de famílias segundo as distintas trajetórias familiares, Salvador das Missões

Denominação da trajetória	Número de famílias
Trajетória agrarizante	20
Agrícola desagrarizante	15
Pluriativa desagrarizante	8
Rentista camponesa	12
Urbanizante	3
Total	58

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

TRAJETÓRIA AGRARIZANTE

A trajetória das 20 famílias em que ocorre aumento do índice de agrarização, doravante denominada trajetória agrarizante, é marcada pelo aumento do viés agrícola, decorrente da estratégia de ampliação do investimento na especialização das atividades agrícolas, onde ganha força as formas empresariais de fazer agricultura (PLOEG, 2008). Nesses casos ocorre aumento do volume do capital mobilizado e do crédito tomado no sistema bancário, tanto para custeio como investimento nas atividades agrícolas. Entre os anos pesquisados, a superfície agrícola utilizada por essas famílias aumenta, seja por compra e ou arrendamento da terra de terceiros e também ocorre expressiva elevação do valor da produção agrícola, tanto para venda como para o autoconsumo.

Além disso, essas famílias reduzem fortemente a alocação de trabalho e a obtenção de rendas em atividades não agrícolas, sendo que, entre elas, a pluriatividade aparece com magnitude bastante reduzida. Ao longo do período estudado ocorre aumento da importância relativa da renda agrícola, principal fonte de renda nos dois anos pesquisados e a renda de aposentadoria perde importância relativa, pois o grupo de famílias que segue a trajetória agrarizante mostrou-se mais jovem e com número de componentes maior que as famílias que seguem trajetórias desagrarizantes.

Trata-se de um grupo de famílias que desenvolve ao longo do tempo estratégias de reprodução social centrada nas atividades agrícolas, que aumentam o valor da renda familiar a partir da sua ampliação e intensificação, balizada pelas formas empresariais de agricultura, aderindo e viabilizando sua reprodução social de forma atrelada e dependente a dinâmica dos



impérios alimentares (PLOEG, 2018)⁴. Essas famílias aumentam expressivamente o volume de *commodities* produzidas, especialmente de soja e milho, mas também leite e carne de suínos, correspondendo ao setor da agricultura familiar considerado mais viável (ALVES; ROCHA, 2010; GUANZIROLI et al., 2012; BUAINAIN et al., 2013). Nesses casos, observou-se expressivo crescimento da renda total *per capita* mensal, que passou de 0,68 para 3,99 salários mínimos. Essa trajetória apresentava o menor valor de renda *per capita* no primeiro ano da pesquisa e passou ao maior valor no segundo ano pesquisado, evidenciando a viabilidade e atratividade econômica do padrão agrícola adotado por esse segmento dos agricultores familiares.

Tabela 2: Características produtivas das famílias da trajetória agrarizante, Salvador das Missões, 2002-2017

Variáveis	2002	2017
Superfície agrícola útil (ha/família)	14,07	23,62
Capital médio familiar (R\$)	49.412,83	190.654,97
Área total cultivada com soja (ha)	102,5	183,5
Produção total de leite (mil litros)	533	1.966

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

O atrelamento à dinâmica das cadeias globais de valor acarreta considerável aumento na dependência de insumos, tecnologia e crédito bancário, implicando em maior vulnerabilidade as oscilações globais nos mercados agrícolas, desenvolvendo um padrão agrícola fortemente mercantilizado. Além disso, no conjunto dessa trajetória, não foram observados processos mais expressivos de diversificação da produção agrícola ou de transição agroecológica⁵ que pudessem apontar para uma tendência de ampliação da sustentabilidade ambiental⁶. Ao contrário, trata-se de

⁴ Conforme Ploeg (2008) os impérios alimentares constituem uma rede articulada que leva a cabo os interesses corporativos globais do capital no campo, operando na perspectiva de ordenar o mundo rural segundo seus interesses, produzindo novas ordens materiais e simbólicas no conjunto das dimensões em que estão implicadas tanto a agricultura como a alimentação.

⁵ A transição agroecológica é um processo transitório gradual, planejado pela ação humana, que busca a constituição de agroecossistemas sustentáveis. Esse processo considera as especificidades de cada contexto e envolve a mudança nos princípios de manejo agrícola, onde ganha destaque os processos ecológicos, além de envolver a mudança de postura dos sujeitos, especialmente no que diz respeito ao trabalho, à produção e sua relação com a natureza (GAIA; ALVES, 2021).

⁶ Toma-se como referência a definição de sustentabilidade na agricultura de Gliessman (2001), para quem os agroecossistemas sustentáveis são aqueles que conservam a base natural de recursos, da qual são dependentes, utilizando um mínimo de insumos artificiais externos ao sistema produtivo e que realiza o manejo de pragas e doenças através do uso de mecanismos reguladores internos ao sistema, tendo essa capacidade de se recuperar das perturbações causadas pelo manejo e colheitas.

um grupo de agricultores que utiliza ativamente os modernos insumos agrícolas e que perde autonomia ao longo do tempo.

TRAJETÓRIAS DESAGRARIZANTES

As trajetórias desagrarizantes foram percorridas por 38 famílias e se mostram mais complexas e plurais. Elas envolvem diferentes movimentos de reconfiguração dos sistemas de produção agrícola, incluindo distintas combinações entre especialização e desativação de atividades produtivas. Além disso, diferentes composições entre atividades agrícolas e não agrícolas também incidiram no processo de desagrarização. Por fim, observou-se que as mudanças no perfil demográfico e a migração para as cidades, tanto de famílias inteiras, como de indivíduos, também incidiram no processo de desagrarização. Como resultado destas diversas combinações foram identificadas quatro diferentes trajetórias desagrarizantes, como se destaca na Tabela 3.

Tabela 3: Variação no IAF das trajetórias desagrarizantes, Salvador das Missões, 2002-2017

Denominação da trajetória	IAF	
	2002	2017
Agrícola desagrarizante	0,81	0,62
Pluriativa desagrarizante	0,75	0,53
Rentista camponesa	0,71	0,22
Urbanizante	0,83	0,09

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2018.

TRAJETÓRIA AGRÍCOLA DESAGRARIZANTE

O processo de desagrarização dos quinze casos que compõem esse grupo decorre de um duplo movimento, que envolve, por um lado, a especialização produtiva em determinada atividade agrícola e, por outro lado, a desativação de outras atividades agrícolas. Em termos dinâmicos, essas famílias ampliam a superfície agrícola utilizada e concentram as atividades agrícolas na produção especializada de soja e leite. Trata-se de um grupo que, tipicamente, não vende e nem arrenda suas terras para terceiros e, no segundo ano da pesquisa, cerca de um quinto das áreas utilizadas por essas famílias provêm de arrendamento de terceiros. Além disso, essas famílias também ampliam as áreas utilizadas através da compra e recebimento de terra por herança.

Essas famílias concentram seu esforço produtivo nas atividades de soja e leite. Entre os anos pesquisados observou-se a realização de três distintos movimentos de recombinação dessas atividades produtivas, sendo eles: desativação da produção de leite e ampliação do cultivo de soja;

desativação do cultivo de soja e aumento da produção de leite; aumento do cultivo de soja junto com o aumento da produção de leite.

Nessas novas configurações produtivas observa-se expressiva elevação do volume produzido e do consumo intermediário, o que evidencia maior externalização e mercantilização, além da crescente vinculação com as formas empresariais de agricultura (PLOEG, 2008; 2018), o que, nesses aspectos, torna essa trajetória semelhante a trajetória agrarizante. Essas atividades passam a ser mais dependentes de insumos externos e centradas nos ganhos de produtividade e de escala, com base na incorporação de tecnologia. Esse tipo de padrão produtivo é pouco favorável para os agricultores familiares com limitada disponibilidade de terra e capital. Contudo, como destacam os trabalhos de Bazzoti (2016), em relação à soja e de Souza e Buainain (2013), em relação ao leite, existe um conjunto de agricultores familiares que mantêm os vínculos com essas cadeias globais de valor, incorporando-as em seus sistemas produtivos e conformando estilos de agricultura segundo seus padrões.

Esse é o caso das famílias dessa trajetória, pois elas possuem as maiores áreas de terra nos dois anos da pesquisa e, apesar de pequena redução ao longo do tempo, mantêm elevados níveis de capital mobilizados nas atividades agrícolas. Além disso, metade das famílias dessa trajetória acessaram crédito nos dois anos pesquisados, havendo redução do valor médio financiado, mas são os únicos casos de todas as trajetórias em desagrarização que financiam atividades agrícolas no segundo ano da pesquisa.

Em função da manutenção de intensas atividades agrícolas, esse grupo apresenta algumas semelhanças com o grupo de famílias da trajetória agrarizante, como por exemplo, manter elevada a produção para autoconsumo, além de também possuir características demográficas semelhantes, sobretudo em relação à idade média (passou de 39,70 para 52,92 anos) e número médio de integrantes das famílias (variou de 4,53 para 3,6 pessoas). Porém, se a intensidade da produção de soja e leite, bem como a produção para autoconsumo aproxima os casos dessa trajetória com os casos da trajetória agrarizante, observa-se forte diferenciação entre elas no que tange a postura em relação as atividades não agrícolas.

Na trajetória desagrarizante agrícola as famílias aumentam fortemente a alocação de trabalho familiar em atividades não agrícolas, enquanto que, na trajetória agrarizante, a estratégia pluriativa não mostrou-se tão relevante. Em que pese a manutenção das atividades agrícolas, nos casos da trajetória desagrarizante agrícola, tanto o processo de envelhecimento como o aumento da alocação do trabalho familiar em atividades não agrícolas, fez com que a importância relativa da

renda agrícola diminuiu ao longo do tempo, com aumento da participação das rendas não agrícolas e de aposentadoria na composição da renda total desse grupo. Com essas reconfigurações produtivas e na alocação do trabalho essas famílias conseguiram ampliar expressivamente a renda total *per capita* mensal, que passou de 1,30 para 3,19 salários mínimos.

A pluriatividade foi praticada por número crescente de famílias dessa trajetória, sendo, tipicamente, do tipo intersetorial (SCHNEIDER, 2010), destacadamente no setor de serviços, em espaços urbanos. Ela é praticada, sobretudo, pelos filhos(as), possuidores de ensino superior completo e que continuam residindo com os pais no meio rural, mas tem suas atividades e aspirações profissionais centradas fora do setor agrícola, o que reflete a busca por melhores oportunidades de trabalho, em concordância com os argumentos de Sakamoto et al. (2016).

TRAJETÓRIA PLURIATIVA DESAGRARIZANTE

As oito famílias que percorrem essa trajetória estavam nos estratos de menor disponibilidade de capital e de área de terra utilizada no primeiro ano da pesquisa e, frente a essas condições, passam a arrendar parte de suas glebas, diminuem o volume da produção agrícola e ampliam a alocação do trabalho familiar em atividades não agrícolas, como estratégia para a complementação da renda. Ou seja, essa trajetória é fortemente marcada pela estratégia da pluriatividade como mecanismo que possibilita a reprodução social de agricultores familiares, que buscam nas atividades não agrícolas ampliar seus rendimentos para viabilizar sua reprodução social, como argumentam Schneider (2010) e Sakamoto et al. (2016).

Essa trajetória é marcada pela desintensificação das atividades agrícolas, mantendo o domicílio em espaços rurais e conservando a propriedade, mas alterando sensivelmente o modo de uso de suas terras. Além disso, as famílias reduzem o volume médio de capital mobilizado em atividades agrícolas, cessam integralmente o uso de crédito bancário e também diminuem a superfície agrícola utilizada. A redução da área utilizada decorre da opção das famílias em arrendar suas terras para terceiros, desativando especialmente a produção comercial de soja e leite e, também, diminuem a produção para o autoconsumo.

A atualidade da questão agrária brasileira, onde os limites do acesso à terra se apresenta como um dos entraves ao desenvolvimento agrícola (FERNANDES, 2018), bem como aos demais meios de produção, é confirmada por estes casos de agricultores proprietários de diminutas áreas agrícolas. Entre as famílias que, em 2017, mantêm produção agrícola para venda, estas são as menos capitalizadas e as que possuem as menores áreas agrícolas, via de regra inferiores ao



módulo fiscal da região (20ha). Apesar de disporem de força de trabalho, essas famílias seguem trajetórias desagrarizantes, com encolhimento das atividades agrícolas, em função do limitado acesso aos meios de produção terra e capital.

A pressão dos impérios alimentares por ampliação da escala de produção e intensificação no uso de capital (PLOEG, 2018), aliado à forte elevação dos preços das terras e dos arrendamentos, em curso desde os anos 2000 (BACHA et al., 2016; FRITZ et al., 2015), funcionam para essas famílias, por um lado, como barreiras estranguladoras da possibilidade de ampliação da escala de produção cobradas pelas formas empresarias de agricultura, o que conduz a exclusão de sua condição de produtores de *commodities* agrícolas. Por outro lado, a elevação dos preços de terra produz o aumento dos valores do arrendamento das mesmas, o que torna interessante o arrendamento de parte de suas glebas, como forma de obtenção de renda, livre dos riscos inerentes a agricultura e também da necessidade de mobilizar seus recursos (capital e trabalho familiar) em atividades agrícolas, que passam a ser mais intensamente alocados em atividades não agrícolas.

O conjunto dessas mudanças faz com que entre as famílias dessa trajetória a renda agrícola tenha sua importância relativa sensivelmente reduzida entre os anos pesquisados, sendo ampliada a participação da renda não agrícola e também da renda de aposentadoria na composição da renda total desse grupo de famílias. Nesses casos, as famílias reduzem sua vulnerabilidade em relação aos riscos climáticos inerentes as atividades agrícolas e também as oscilações dos mercados das *commodities*, mas tornam-se mais dependentes do dinamismo econômico local e regional, que precisa absorver essa oferta de mão de obra.

Pode-se destacar que essa estratégia de combinação de atividades agrícolas (produção para autoconsumo, manutenção da propriedade da terra, arrendamento para terceiros e manutenção do domicílio em espaços rurais), com atividades não agrícolas tem se mostrado efetiva em termos de viabilizar a reprodução social desse grupo de famílias. Trata-se de uma perspicaz estratégia de gestão dos recursos disponíveis, pois as atividades agrícolas comerciais podem ser retomadas em circunstâncias desfavoráveis às atividades não agrícolas, dada a manutenção da propriedade da terra. Além disso, essa combinação permitiu as famílias ampliar a renda total *per capita*, que passou de 1,14 para 1,59 salários mínimos mensais entre os anos pesquisados.

TRAJETÓRIA RENTISTA CAMPONESA

A desagrarização também ocorre, para um grupo de doze famílias, como resultado da ausência de sucessores nas atividades rurais, pois os filhos urbanizaram-se e nenhum deles está disposto a dar continuidade aos empreendimentos agrícolas. Entre todas as famílias pesquisadas, é nesses casos que ocorre a maior elevação na idade média dos integrantes e a maior redução no tamanho médio das famílias, o que faz cair drasticamente a capacidade de trabalho familiar. Além disso, cabe destacar, também ocorre forte feminização dos integrantes desse grupo (as mulheres passam de 37,78% para 64,7%), que passa a ser integrado, sobretudo, por viúvas aposentadas.

A estratégia dessas famílias está baseada na descapitalização total, na desativação das atividades agrícolas de caráter comercial e na transferência dos domicílios para vilas rurais ou cidades. A forte redução da superfície agrícola utilizada decorre da venda de frações de suas terras e arrendamento das áreas restantes, sendo que, tipicamente, compram imóveis em área urbana, ou vila rural, com os recursos oriundos da venda dessas frações de terras e do desinvestimento de capital. Nesses casos, trata-se de um processo de descampesinização (PLOEG, 2008) combinado com a desagrarização das famílias.

A reduzida disponibilidade de trabalho é integralmente alocada em atividades agrícolas exclusivamente para autoconsumo, que é mantido por cerca de metade dessas famílias, mas com valor *per capita* bastante reduzido entre os anos pesquisados. Esse conjunto de mudanças também afeta diretamente a renda agrícola do grupo. Ela representava quase metade da renda total no primeiro ano da pesquisa, tornando-se pouco expressiva no segundo ano, pois a renda desse grupo passa a depender fortemente dos recursos de aposentadoria, que são complementados, secundariamente, pela renda obtida com o arrendamento de suas terras. Essas famílias também ampliam a renda total *per capita*, que passou de 1,48 para 1,98 salários mínimos por mês.

A contribuição dos recursos da aposentadoria rural para as famílias agricultoras é sublinhada por Delgado (2015), que destaca a eficácia da previdência rural na melhoria do nível de distribuição da renda, enquanto outros estudos apontam a importância desses recursos para os agricultores que não possuem sucessores (SPANVELLO, et al., 2017; BOSCARDIN; SPANVELLO, 2019). Desde a perspectiva teórica da agrarização, o que se observou, no caso desse grupo de famílias formado tipicamente por viúvas idosas que não possuem sucessores, é que os recursos da aposentadoria deram suporte financeiro para o processo de sua desagrarização, pois, ao longo do período estudado, a elevação do seu valor compensou a redução da renda agrícola e não agrícola que eram anteriormente auferidas pelas famílias.



TRAJETÓRIA URBANIZANTE

Por último, ainda que envolvendo menor número de casos, cabe registrar a estratégia de urbanização e desativação da agricultura desenvolvida por três famílias. Essas famílias, no primeiro ano da pesquisa, tinham em comum a baixa disponibilidade de capital (o menor nível entre todas as famílias pesquisadas) e limitado acesso à terra própria. Elas descapitalizam-se integralmente, vendem suas glebas e reduzem expressivamente a superfície agrícola utilizada, desativam a produção agrícola com caráter comercial e diminuem o valor da produção para autoconsumo. É essa reduzida produção para o autoconsumo que impede a total desagrarização das famílias, que entre todas as trajetórias identificadas, encontram-se no patamar mais reduzido de agrarização no segundo ano da pesquisa.

É muito importante destacar que, no segundo ano da pesquisa, nessa trajetória estão as maiores e mais jovens famílias estudadas. Elas optam por urbanizar-se, abandonando o campo e as atividades agrícolas com objetivos comerciais, passando a centralizar o trabalho familiar em atividades fora do setor agrícola. Com isso, a renda agrícola cai drasticamente e a renda não agrícola passa a principal fonte na composição da renda total dessas famílias, sendo complementada por recursos oriundos de aposentadoria. Nesses casos trata-se de grupo que mantém sua condição de vulnerabilidade econômica, tendo trocado o espaço rural pelo urbano e as atividades agrícolas pelas não agrícolas, sem alteração muito expressiva nos níveis de renda, que passou de 0,74 para 0,88 salários mínimos *per capita* por mês.

Nos casos dessa trajetória não se trata de uma opção das famílias pela pluriatividade para manterem-se como agricultoras (SCHNEIDER, 2010), mas de um processo de descampesinização (PLOEG, 2008), com a opção familiar pela desativação da agricultura e a configuração de uma trajetória de forte desagrarização familiar. Nessas famílias não ocorre a migração seletiva, dos mais jovens, das mulheres ou dos mais escolarizados (ANJOS et al., 2014; MAIA, 2014; COSTA et al., 2016), mas sim a migração conjunta e urbanização de todos os componentes de famílias grandes, jovens e menos capitalizadas, configurando casos típicos de êxodo rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou longitudinalmente as trajetórias de agricultores familiares e identificou os distintos caminhos percorridos ao longo do tempo. Foram identificadas cinco trajetórias, sendo uma agrarizante e quatro desagrarizantes. Seguindo essas trajetórias pode-se



demonstrar a diferenciação das famílias, especialmente em relação ao uso da terra e do capital, bem como em relação à presença, às características e à intensidade das atividades agrícolas e não agrícolas e também às variações no perfil das rendas familiares.

No conjunto das famílias predominaram as trajetórias de desagrarização, que apresentam grande diferenciação interna, englobando percursos históricos em que ocorre desagrarização total das famílias (trajetória urbanizante), até trajetórias em que as atividades agrícolas são especializadas e intensificadas na perspectiva empresarial (trajetória agrícola desagrarizante). Por outro lado, também ficou evidenciado um percurso histórico (trajetória agrarizante) em que as famílias reforçam os vínculos com a agricultura e movem-se em direção a formas empresariais de fazer agricultura. Pode-se destacar que em todas as trajetórias analisadas a renda total *per capita* aumentou, sendo essa elevação mais intensa entre as famílias que ampliam o viés agrícola de suas atividades, ou que combinam elas com atividades não agrícolas.

O estudo revelou a diversidade de caminhos seguidos pelas famílias agricultoras ao longo do tempo, donde se destaca, por um lado, o distanciamento e a desativação da agricultura realizado por número expressivo de famílias, o que reforça a necessidade do avanço das pesquisas para identificar as causas dessas trajetórias, pois elas têm expressivo impacto sobre o futuro das regiões rurais, implicando, entre outras coisas, no esvaziamento dos campos. Por outro lado, também é necessário avançar na compreensão das dinâmicas familiares onde as atividades agrícolas e não agrícolas são combinadas, considerando suas condições objetivas em relação aos meios de produção e ao acesso as políticas públicas. Além disso, a agenda de estudos também coloca a necessidade de avançar na compreensão das tendências futuras e as implicações para os espaços rurais que derivam das trajetórias identificadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível. In: GASQUES, J; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (orgs.). **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA/MAPA, 2010.

ANJOS, F. S; CALDAS, N. V; POLLNOW, G. E. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas: a transição demográfica no Brasil rural meridional. **Revista Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, vol.21, nº 2, p. 94 – 116, abr./jun. 2014.

BACCHA, C. J. C.; STEGE, A. L.; HARBS, R. Ciclos de preços de terras agrícolas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 4, p. 18-37, out./dez. 2016.



- BAZOTTI, A. **Racionalidades e estratégias dos sojicultores familiares do Sudoeste Paranaense**. 2016. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- BOSCARDIN, M; SPANEVELLO, R. M. A importância da aposentadoria rural para agricultores familiares sem sucessores no norte do Rio Grande do Sul: o caso do município de Frederico Westphalen. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 26, n. 2, p. 35-51, 2019.
- BRYCESON, D.F. Deagrarianization and Rural Employment in sub-Saharan Africa: A Sectoral Perspective. **World Development**, v. 24, n. 1, p. 97-111, 1996.
- BUAINAIN, A. M. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./maio/jun. 2013.
- CARON, P. et al. Sistemas alimentares para o desenvolvimento sustentável: propostas para uma profunda transformação em quatro partes. In: PREIS, P.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Sistemas alimentares no século XXI: debates contemporâneos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2020. p. 25-49.
- CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- COSTA, A.; MATOS, R. E. S.; VALLE, M. H. F. Análise dos processos de masculinização no meio rural dos municípios brasileiros segundo porte populacional e grau de modernização da agropecuária. **Campo-Território**, v. 10, n. 21, p. 271-292, ago., 2015.
- DELGADO, G. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- FAVARETO, A. Transição para a sustentabilidade no Brasil e o desenvolvimento territorial nos marcos da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Parc. Estrat.**, Brasília, v. 24, n. 49, p. 49-72, jul./dez. 2019.
- FERNANDES, B. M. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, n. 04, p. 188-209, Jan.-Jun. 2018.
- FRITZ, E. R.; OLIVERIA, S. V.; ANDREATTA, T.; LAGO, A. Análise do mercado de terras no estado do Rio Grande do Sul. In: SEMINÁRIO DE JOVENS PESQUISADORES EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, 3., Santa Maria, 2015. **Anais [...]** Santa Maria, UFSM, 2015.
- GAIA, M. C. de M.; ALVES, M. J. A. Transição Agroecológica. In: DIAS, A. P. et al. (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular e FIOCRUZ, 2021, p. 771-777.



- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- GUANZIROLI, C. H.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.
- INSTITUTO BRASIELRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. IBGE: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: mar. 2019.
- LIMA, A. J. P. BASSO, N. NEUMANN, P. S. SANTOS, A. C. MÜLLER, A. G. **Administração da Unidade de Produção Familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1995.
- LONG, N. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: Ciesas, 2007.
- MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, A. M. et al. (orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: EMBRAPA, 2014, p. 1081 - 1099.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora ATLAS, 2010.
- MARSDEN, T.; FARIOLI, F. Forças naturais: da bioeconomia a ecoeconomia e a produção de um lugar sustentável. In: PREIS, P.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Sistemas alimentares no século XXI: debates contemporâneos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2020. p. 115-145.
- PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PLOEG, J. D. V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas – experiências em agroecologia**. Número extra, p. 1-16, 2014.
- PLOEG, J. D. V. D. Differentiation: old controversies, new insights. **The Journal of Peasant Studies**. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2017.1337748>> Acesso em: set. 2017.
- PLOEG, J. D. V. D. **The new peasantries: rural development in times of globalization**. Abingdon: Routledge, 2018.
- PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. Mercados e Segurança Alimentar e Nutricional. In: PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. (Org.). **A Contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.
- SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. As famílias pluriativas e não agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **RESR**, v. 54, n. 03, p. 561-582, Jul./Set. 2016.



SARAVIA-MATUS, S. L.; HÖRMANN, P.A. **Lo rural y el desarrollo sostenible en ALC**. Santiago de Chile: FAO, 2019.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n.3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C. et al. (orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93 - 140.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Os atores entram em cena. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 11–17.

SOUZA, R. P.; BUAINAIN, A. M. A competitividade da produção de leite da agricultura familiar: os limites da exclusão. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, n. 2, p. 308-331, 2013.

SPANEVELLO, R.; MATTE, A.; ANDREATTA, T.; LAGO, A. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017.

THIES, V. F. **Desagrarização e concentração produtiva: análise longitudinal das trajetórias da agricultura familiar nas Missões do RS**. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

THIES, V. F. Transformações demográficas e nas estratégias de trabalho: uma abordagem longitudinal da agricultura familiar em Salvador das Missões – Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 26, p.1-19, 2021. <https://doi.org/10.17058/redes.v26i0.16819>

THIES, V. F.; CONTERATO, M. A. Desagrarização e agrarização da agricultura familiar em Salvador das Missões - Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 1, p. 1-22, 2023. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.245689>

TRIVELLI, C.; BERDEGUÉ, J. A. **Transformación rural**. Pensando el futuro de América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: FAO, 2019.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. de N. B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 66 - 83.

